



Resumo

Simpósio Temático

Tecnologia, Sustentabilidade e Produção de Alimentos

PROTEÇÃO AMBIENTAL: A BASE LEGISLATIVA QUE REGULAMENTA O USO E DESCARTE DE AGROTÓXICOS NAS ATIVIDADES DOS HORTICULTORES NO MUNICÍPIO DE CERES E RIALMA

Kátia Rúbia Leite (UniEVANGÉLICA - biapaz@hotmail.com);

Geruza Silva de Oliveira (UniEVANGÉLICA); Cristiano Chuquia dos Santos Orrico (UniEVANGÉLICA); Jéssyca Núbia Silva Marra (UniEVANGÉLICA); Laíse Gonçalves Nogueira (UniEVANGÉLICA)

RESUMO

A pesquisa tem como tema o estudo da base normativa que regulamenta o uso e descarte de agrotóxicos nas atividades de horticultura nos municípios de Ceres e Rialma. O tema comporta discussão transversal sobre os direitos fundamentais a saúde, a alimentação, ao desenvolvimento sustentável e a proteção ambiental.

O objetivo do trabalho é indagar sobre a existência de um sistema regulamentador suficiente e eficiente para determinar a proteção formal da produção de alimento de qualidade; da saúde do agricultor usuário e do meio ambiente. Por outro lado há que se verificar na atividade dos trabalhadores do Programa governamental de Agricultura Familiar os pontos críticos decorrentes da inaplicabilidade das leis vigentes, da falta de informação e fiscalização dos seguimentos responsáveis cujas práticas podem comprometer a qualidade de vida das pessoas e o meio ambiente em geral, pelo uso e descarte inadequado dos vasilhames de agrotóxicos. Como fonte de pesquisa há que se buscar as leis de proteção ambiental internacional, nacional e municipal de Ceres e Rialma, que tratam da venda uso e descarte de agrotóxicos e no campo há que observar e relatar o manejo dos agrotóxicos e sua fiscalização em face da previsão legal. A pesquisa deverá responder às questões sobre o nível de poluição ambiental e da insegurança alimentar em face do o uso e descarte inapropriados de agrotóxicos na agricultura familiar no município de Ceres e Rialma.

Palavras-Chave: Legislação Ambiental; Uso e Descarte de Agrotóxicos; Horticultura Ceres e Rialma.



Resumo

REFERÊNCIAS

GIL, Antônio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. São Paulo: Atlas, 1989.

MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do Trabalho Científico. São Paulo: Atlas, 2010.

Decreto N° 6.913, de 23 de julho de 2009. Acresce dispositivos ao Decreto no 4.074, de 4 de janeiro de 2002, que regulamenta a Lei no 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins.

Decreto N° 6.268, de 22 de novembro de 2007. Regulamenta a Lei nº 9.972, de 25 de maio de 2000, que institui a classificação de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico, e dá outras providências.

Portaria N° 127, de 04 de outubro de 1991. Aprova a norma de embalagens para acondicionamento, manuseio, transporte, armazenagem e comercialização de produtos hortícolas destinados ao mercado atacadista interno.

Portaria N° 381, de 28 de maio de 2009. Estabelece os critérios e os procedimentos técnicos para a elaboração, aplicação, monitoramento e revisão do padrão oficial de classificação de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico, e aprovar o modelo de estrutura do regulamento técnico que define o referido padrão.

Instrução Normativa Conjunta N° 9, de 12 de novembro de 2002. Dispõe sobre as embalagens destinadas ao acondicionamento de produtos hortícolas ""in natura"".

Instrução Normativa N° 5, de 27 de janeiro de 2010. Aprova os Modelos e as Instruções de Preenchimento do Boletim Oficial de Análise de Sementes e do Boletim de Análise de Sementes.

Instrução Normativa N° 42, de 31 de dezembro de 2008. Institui o Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Vegetal - PNCRC/Vegetal.